

13 MAI 1994

GAUDÊNCIO TORQUATO

ESTADO DE SÃO PAULO

# Quando as absolvições condenam

A absolvição do deputado Ricardo Fiúza pelo plenário da Câmara, além de mostrar que a justiça política é caolha, aumenta a cesta, já farta, dos votos de Lula. Fiúza foi inocentado menos por falta de provas e muito mais por um esforço que se transformou num marketing de vitimização. Ele foi exímio na arte de conduzir o processo. Nas últimas semanas, seu ar de leão cansado abriu espaços na mídia e acabou adensando as camadas de solidariedade corporativa, imanentes às Casas políticas. Íbsen Pinheiro, isolado, não passou um décimo da determinação de Fiúza para se defender. Foi degolado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A primeira absolvição de Fiúza, na CCJ, se deveu a um trabalho de mobilização parlamentar, comandado pelo líder pelefista Luiz



**Quem sai ganhando é Lula, que tem sido o maior crítico do Congresso**

de, ele acabou recebendo as últimas pedradas que a opinião pública destinava a Fiúza. Muitos deputados preferiram fazer meia-sola: absolver um, condenar o outro. Estava em jogo um mecanismo de contemporização voltado para dois pólos: solidariedade a Fiúza e medo da opinião pública.

As consequências serão danosas para o tecido institucional. A imagem pública de Fiúza nunca

Eduardo Magalhães, que tem trânsito fácil em todas as correntes. Ou seja, o mérito da absolvição se repartiu entre o líder e o comandado. A reação da opinião pública, manifesta nas cartas aos jornais e na indignação impressa numa pizza, levada à Câmara, amedrontou muitos deputados e certamente tirou o brilho de uma vitória acachapante de Fiúza em plenário. Íbsen, sem a ajuda de um líder, foi sacrificado. Na verda-

de, foi balizada por valores da grandeza ética e ideais nobres da política. Tinha, sim, uma imagem de articulador, de mobilizador, de cultor do fisiologismo político. Sua absolvição condena mais ainda a instituição parlamentar junto às mentes descrentes dos cidadãos. Trata-se de um degrau na escada descendente do Congresso. Num ano eleitoral como o que estamos vivendo, decisões como essa podem redundar em repúdio, na forma de votos em branco, nulos e abstenções.

Quem sai ganhando com o episódio é Lula, que tem sido o maior crítico do Congresso. O candidato petista, com muito oportunismo, se tornou o ícone da oposição ao status quo. Cada ato corporativo do Congresso dá ressonância ao discurso lulista e avoluma os contingentes perplexos e revoltados. O PFL nunca conseguiu limpar um conceito de partido fundamentalmente fisiológico e atrelado ao poder. E também o de ser um partido vocacionado para operar a política dos fundões e grotões. Fernando Henrique perde com a absolvição de Fiúza, porque as manchinhas gordurosas da

pizza aparecerão em seu bico tucano. Vão identificá-lo também como contemporizador. É claro que o pragmatismo político é um valor a ser sempre considerado. Mas há limites para sua aplicação. Quando o bom senso se esvai, o caos se aproxima.

Como mecanismo de compensação psicológica e manutenção de estabilidade funcional da Câmara, a maioria dos deputados provavelmente detonará os restantes implicados na CPI do Orçamento. A não ser que surja mais algum deputado, com extraordinária condição para se fazer de vítima e que saiba usar, de maneira competente, as estruturas comunicativas da sociedade. Novas absolvições, se decididas pelo viés corporativista ou pelo sentimento de solidariedade partidária, e não por absoluto e transparente critério de justiça, apenas contribuirão para auméntar o vazio entre a instituição política e a sociedade. O povo é sábio. E, em sua sabedoria, distingue as absolvições que condenam.

■ **Gaudêncio Torquato, jornalista, é professor titular da USP e analista político**